

O IDEAL DE AUTENTICIDADE NO CONTEXTO DA CONTEMPORANEIDADE

Márcia de Oliveira Cruz

Instituto Federal de São Paulo – Campus São Roque

Resumo: O ideal de ser autêntico ainda existe? Em caso afirmativo, o que significa isso hoje? É um ideal ético ou simplesmente um sintoma do individualismo? Em que medida o investimento no autoconhecimento e na realização dos projetos pessoais coloca em segundo plano os projetos voltados para a coletividade e o compromisso com a vida pública? Tais questões precisam ser analisadas à luz da hermenêutica do sujeito, pois envolvem a constituição da identidade pessoal. Elas também requerem a compreensão da emergência da ideia de consciência no âmbito da concepção moderna de mundo, e dos pressupostos da sociedade individualista.

Palavras-chave: Autenticidade, identidade pessoal, ética.

Introdução

Ser autêntico. Nos tempos atuais, o que significa tal aspiração? O desejo de viver de acordo com os próprios ideais, de ser fiel a si mesmo, de eleger as próprias metas, sem sucumbir às pressões do consumo de massa e da mídia, ainda encontra adeptos? Se os encontra, como saber se este conjunto de anseios não é, ele mesmo, suscitado pelos meios de comunicação, pela lógica do mercado e pela sedução da propaganda?

As sociedades democráticas passam hoje por um processo de personalização sem precedentes, assinala o filósofo francês Gilles Lipovetsky (2005, pp. XV-XXIV). Tal processo, que vem se configurando desde a década de 1920, consiste em uma nova forma de conceder significados às ações e tem como consequência a transformação da relação dos indivíduos com sua subjetividade e com a coletividade. O movimento de personalização orienta a sociedade no sentido de oferecer aos seus membros o máximo de escolhas possíveis aliadas a um mínimo de constrangimentos. As instituições elaboram suas propostas ou seus produtos respeitando e, simultaneamente, nutrindo os desejos e as motivações das pessoas. Não se aceitam mais imposições arbitrárias, tudo deve ser compreendido e quase tudo permitido, o valor central a ser cultivado é a liberdade do indivíduo, cujo direito à realização

pessoal é inquestionável. Novas atitudes e comportamentos tornam-se legítimos, é o caso do hedonismo, da livre expressão, da sinceridade, da descontração, da vida mais espontânea e natural. Nasce um novo significado para a autonomia pessoal, muito diferente daquele que vigorava em tempos democráticos mais autoritários: quanto maior a liberdade de escolha, maior a indeterminação a que se é exposto e maior o risco de se fazer escolhas equivocadas. O indivíduo contemporâneo enfrenta a insegurança decorrente de ter que tomar decisões num contexto que está em constante mutação.

Mas não vai muito longe o tempo em que todos deviam se adequar às convenções sociais, submeter-se a um conjunto de regras cuja finalidade era a padronização dos comportamentos, principalmente nos âmbitos político e do trabalho. Particularidades e expressões pessoais precisavam se amoldar aos interesses e objetivos dos sistemas coletivos, os quais se incumbiam de afastar as indeterminações de todas as ordens. Com o processo de personalização

é este imaginário rigorista da liberdade que desaparece, cedendo lugar a novos valores que visam o livre desenvolvimento da personalidade íntima, a legitimação do prazer, o reconhecimento das exigências singulares, a moldagem das instituições de acordo com as aspirações dos indivíduos (Lipovetsky, 2005, p. XVII).

O quadro delineado, no entanto, não é tão simples assim, pois a contemporaneidade abriga a convivência das antinomias, e não apenas no sentido estrito de que as orientações individuais são díspares e mutuamente exclusivas, mas no sentido mais amplo de que são díspares e simultaneamente possíveis. Quando o processo de personalização surgiu, vigoravam, de modo praticamente absoluto, os pressupostos da idade moderna, por isso a lógica que o rege é dualista: ele acolhe a mudança tanto quanto a estagnação, o novo da mesma maneira que o velho e a inovação como algo simples e corriqueiro. O futuro se dissociou do progresso, não se acredita mais que “tempos melhores e mais fartos virão”; a ciência e a revolução não foram capazes de conduzir à “terra prometida”, por isso é preciso concentrar as energias no presente, vivê-lo em função dos projetos pessoais e não dos coletivos. Na sociedade personalizada, os compromissos sociais e políticos estão abrandados. Há um grande investimento na esfera subjetiva, cujo propósito é encontrar a verdade íntima e, conseqüentemente, o caminho para a realização pessoal. Mais importante do que vencer na vida é seguir as próprias aspirações e apaziguar os anseios mais profundos.

Ora, quando se fala em encontrar a verdade interior para se obter a realização pessoal entra-se no âmbito da autenticidade, uma vez que, como veremos, existe uma relação intrínseca entre esses termos; assim, ao que tudo indica a tarefa de ser autêntico parece

compor a agenda do indivíduo contemporâneo. Qual o grau de relevância a ela atribuído? Bem, Lipovetsky fala em compulsão por autenticidade. Buscar a vida autêntica é então um indício de que o individualismo está definitivamente radicalizado nas sociedades ocidentais democráticas e que, portanto, temos que conviver com o narcisismo e o fechamento do cidadão sobre si mesmo? Ou pode ser justamente a saída para uma sociedade que se pretenda mais justa e mais atenta aos seus próprios ideais? Tentemos responder a essas perguntas.

Os pressupostos da autenticidade

De forma geral, compreende-se a autenticidade como o projeto de tornar-se a pessoa que realmente se é, o que está relacionado a questões mais amplas referentes aos objetivos da própria vida, à forma de vivê-la de maneira plena e significativa. Para o filósofo inglês Bernard Williams (apud Guignon, 2004, p. VIII), ser autêntico pressupõe a ideia de que algumas coisas são realmente você, expressam aquilo que você é, enquanto outras não.

Parece legítima, hoje, a procura pelo eu verdadeiro, afinal são muitas as maneiras de se esquecer dele no turbilhão de ações, informações e estímulos diários a que a vida contemporânea nos submete. Todavia nem sempre foi assim... Segundo Guignon, se observarmos os livros de autoajuda, por exemplo, perceberemos uma mudança significativa de meio século para cá: naquele momento o projeto de transformação pessoal tinha por objetivo transformar o leitor em alguém que ele ainda não era a intenção era que ele se tornasse uma pessoa melhor mudando o modo de se colocar perante os outros no dia-a-dia. Outra vertente apresentava a ideia de que direcionar o pensamento para Deus, colocar-se nas mãos Dele, era a garantia de se obter o poder necessário para encontrar a felicidade.

Nas duas situações, percebe-se que não se trata de descobrir aquilo que já está lá, dentro de cada um, mas de aprimorar o próprio *self*. Há uma distinção entre o que se é e aquilo que se pode ser de acordo com uma imagem ou padrão externo. O desenvolvimento do *self*, nesse caso, é compreendido como uma tarefa a ser executada, um potencial a ser atingido, e não depende de características que já estão presentes e disponíveis como recursos interiores. Por outro lado, a ideia de autenticidade que parece vigorar hoje valoriza o esforço de ser e realizar-se naquilo que já se é, de possuir a si mesmo. “Torna-te o que és”, a célebre frase de Píndaro, parece cair como uma luva nos tempos atuais.

Em linhas gerais, o pressuposto sobre o qual se sustenta a autenticidade possui três aspectos. Em primeiro lugar, presume-se que dentro de cada um de nós reside um profundo e genuíno *self*, um “eu verdadeiro” que se distingue de tudo aquilo que não nos representa. “Este *self* interior e real contém a constelação de sentimentos, desejos, capacidades, aptidões,

disposições e habilidades criativas que tornam uma pessoa um indivíduo único” (Guignon, 2004, p. 6).

Além do mais, é preciso conquistar a própria interioridade, conhecer a si mesmo, o que exige autoexame constante e, conseqüentemente, aptidão para introspecção e para a meditação. Complementando o quadro, as ações realizadas cotidianamente, assim como os relacionamentos nos âmbitos pessoal e público, devem *manifestar* aquilo que se é. Ser plenamente o que se é significa ser capaz de expressar essa interioridade, pois a autorrealização e a autossatisfação somente são atingidas quando se consegue exprimir o que caracteriza particularmente cada um de nós.

Obviamente, a pretensão de ser autêntico não é um objetivo de vida explícito, como comprar um carro, é algo que se procura respeitar tacitamente, um princípio que subjaz às condutas e que pode nunca vir a se evidenciar plenamente. Questões como “*self* verdadeiro”, interioridade ou “eu real”, para a maioria das pessoas, sequer se formulam, e ainda que se formulassem, apareceriam outras implicações problemáticas. Quem pode garantir que o conteúdo acessado através da reflexão é realmente a verdade do *self*? O que é o *self*, de fato? O que se compreende por vida plena e significativa? Para esboçar um quadro que possa conter algumas respostas a tais questões é preciso tentar acompanhar a formação dessas noções nos últimos séculos.

A voz da natureza, a autenticidade e a arte

Em meados do século XVIII, a Europa está sob o impacto das ideias iluministas. Pode-se dizer que a autenticidade é filha das Luzes, ou particularmente, de um de seus pensadores mais expressivos: Rousseau. A filosofia deste se contrapunha à vertente naturalista do Iluminismo e não aceitava o pressuposto de que a razão nos transformava em seres humanos melhores. O mal só pode ser evitado, segundo ele, se escutarmos a voz da natureza em nosso coração, perder o contato com essa voz é separar-se da fonte fundamental da bondade. Não há pecado original, são as expectativas da vida em sociedade e a cultura que afastam o homem da sua condição de ser naturalmente bom.

Segundo Taylor (1997, p. 459-460), não podemos nos apressar e identificar em Rousseau um apelo à retomada de estágios pré-culturais ou mesmo pré-sociais, a verdadeira proposição do filósofo era a de que o contato com a natureza poderia libertar o homem do ciclo de julgamentos calculistas, das opiniões e expectativas ambiciosas, gerados pela vida em sociedade. A fusão entre a razão e a natureza poderia ser o meio de escapar da depravação proveniente do convívio social.

Rousseau associa a capacidade de distinguir entre a virtude e o vício com a capacidade de identificar o que depende do *self* e o que depende dos outros. Descobre-se o bem ao se voltar para dentro e consultar os sentimentos e inclinações que se tem. Em Rousseau, a definição da consciência como *sentimento* interior, ganha um sentido muito peculiar:

Não é só que, graças a Deus, tenho sentimentos que concordam com o que, por outros meios, entendo ser o bem universal, mas que a voz interior de meus verdadeiros sentimentos *define* o que é o bem: como o ‘élan’ da natureza em mim é o bem, é ele que deve ser consultado para se descobrir o bem (Taylor, 1997, p. 464, grifo do autor).

A voz interior jamais havia alcançado tal ressonância. A partir de Rousseau, o *self* pode ser considerado a fonte do conhecimento da verdade. Consequentemente, encontra-se a felicidade quando se vive de acordo com essa voz, quando se vive a plenitude do ser que se é. Se Agostinho tinha colocado a fonte da unidade e da totalidade em Deus, Rousseau a colocou dentro do *self*.

O quadro para o surgimento da ideia de autenticidade está formado. Embora Rousseau nunca tenha utilizado a palavra, é possível identificar em seus pressupostos todos os elementos que estão na base do conceito: *self* interno como fonte da verdade, valorização dos sentimentos e liberdade associada à conduta independente em relação às imposições sociais (cf. Guignon, 2004, p. 59). Falta apenas um ingrediente – fundamental, é verdade – para compor esse cenário: a crença de que cada um é aquilo que consegue expressar através de suas ações.

A ideia da natureza como fonte de verdade e a noção da voz interior, abraçadas por Rousseau, constituem, de acordo com Taylor (1997, p. 471-490), os elementos decisivos para a emergência do Romantismo. Considerada uma força, uma corrente que atravessa o mundo e os seres vivos, a hipótese, para os pensadores daquele movimento, era a de que a natureza aparece em nossos impulsos interiores e nós precisamos nos voltar para eles para acessá-la. Só é possível apreender essa força, *articulando*, de alguma maneira, aquilo que os impulsos nos induzem a fazer. Portanto, a natureza, realizada em cada um, traduz-se numa forma particular de expressão.

É preciso ressaltar que, nesse contexto, tornar algo manifesto não pressupõe que esse algo esteja previamente elaborado, às vezes o que se tem é apenas uma ideia vaga ou uma percepção para a qual é preciso atribuir uma forma específica. Meio e mensagem, nesse caso, são podem ser dissociados plenamente. Isso é mais fácil de se compreender quando se pensa nas obras de arte, “o fato de estarem naquele meio em que se encontram é parte integrante

delas. Mesmo quando fica claro que estão dizendo algo, percebemos que não é possível traduzi-las inteiramente em outra forma” (Taylor, 1997, p. 480). Neste caso, o objeto expressivo é tido simultaneamente como uma manifestação e como uma criação, nele está compreendida a ação que o constrói e que, nesse construir, o traz à existência.

Ter clareza em relação a esse ponto é importante na medida em que, modernamente, a vida humana passou a ser concebida nesses moldes. É a manifestação de um potencial que é elaborado ao mesmo tempo em que se manifesta. Colocando em outros termos, a atividade de autoconhecimento é inseparável da atividade de autocriação. O autêntico *self* é formulado durante o movimento que busca apreendê-lo.

Mas há outras decorrências, igualmente importantes, da visão expressiva da vida humana. Em primeiro lugar, temos a questão da originalidade. Não se trata, aqui, da ideia de que cada ser humano é único, esta é anterior ao período romântico, mas diz respeito à noção de que somos chamados a viver de forma original. A originalidade é uma vocação do homem:

As diferenças [individuais] não são apenas variações sem importância dentro da mesma natureza humana básica; ou diferenças morais entre indivíduos bons e maus. Implicam, em vez disso, que cada um de nós tem um caminho original que devemos percorrer; colocam para cada um de nós a obrigação de viver de acordo com nossa originalidade (Taylor, 1997, p.481).

Em segundo lugar, a visão expressiva da vida humana contribui para que a arte adquira um estatuto especial, ela passa a ser o veículo apropriado para a auto expressão, ocupando um lugar de destaque na vida espiritual das pessoas. Na verdade, a própria concepção de arte sofreu modificações importantes. Tradicionalmente, a arte era concebida como mimese, como imitação da realidade, no entanto, no período romântico e até mesmo antes, ela se transforma em expressão. Em função dessa mudança, explica Taylor, a figura do artista como criador, tema que vinha se apresentando desde o Renascimento, adquire um fôlego renovado.

O “expressivismo” configurou uma relação dual entre a atividade artística e a atividade de criação do próprio *self* que persiste até hoje. Guignon (2004, p. 69-71) afirma que a tarefa da autorrealização não se torna, simplesmente, análoga à criação artística, mas passa a ser considerada o seu ponto alto. Nessa perspectiva, porque cada ser humano tem o potencial de encarar a vida como *poiesis*, cada ser humano é um artista em particular. Essa aproximação pode ter contribuído para o fato de a concepção moderna de arte e a preocupação de se viver uma vida autêntica tenham nascido praticamente juntas e apresentem tanto pontos comuns.

Individualismo, narcisismo e o esvaziamento do self

Na perspectiva de Lipovetsky (2006, p. 32-58), é possível considerar o individualismo em dois momentos distintos: em sua fase inicial, concomitante a um capitalismo autoritário, ainda havia lugar para valores sociais e morais: no final do dia, em função da família, do trabalho, da comunidade, ou mesmo da política, tudo parecia fazer sentido. No entanto hoje, face à mudança de perfil do capitalismo (mais hedonista e permissivo), surge uma forma diferente de o indivíduo se relacionar consigo mesmo, com a sociedade e até com a história. Inaugura-se uma espécie de individualismo em estágio avançado, desvinculado dos últimos compromissos com o futuro e com a vida pública. Um individualismo puro, psicológico, mais conhecido por narcisismo.

Muitas são as explicações possíveis para a emergência do narcisismo, Lipovetsky não acredita que ele tenha nascido do desencantamento do sujeito por um mundo em franca decadência ou que seja uma forma de alienação. Em seu modo de entender, o narcisismo resulta do processo de personalização. Este gera sistemas humanizados, que procuram valorizar ao máximo o indivíduo, aumentando a gama de suas escolhas pessoais, ao mesmo tempo em que enfraquecem os significados da atuação social.

Foi o materialismo exacerbado das sociedades da abundância que, paradoxalmente, tornou possível a eclosão de uma cultura centrada na expansão subjetiva, não por reação ou suplemento da alma, mas, sim, por isolamento à escolha de cada um. A onda do potencial humano psíquico e corporal não é mais do que o último momento de uma sociedade que está se libertando da ordem disciplinar e completando a privatização sistêmica já operada pela era do consumismo (Lipovetsky, p. 35, grifos do autor).

O consumo de massa ampliou sobremaneira as opções das pessoas, no entanto, ao fazê-lo, ao permitir o acesso a bens, serviços e possibilidades de vida antes reservados a uma minoria, ocorre uma espécie de uniformização. O processo, então, justamente por aliar uma ampla gama de “referências e modelos” a uma significativa liberdade de escolha, faz com que as pessoas sintam a necessidade de se singularizar, o que as coloca num estado de revisão constante em relação àquilo que lhes é essencial, tanto em termos objetivos como subjetivos.

Os tempos atuais têm o privilégio de testemunhar uma demanda nunca antes vista pela interioridade, pela autorrealização e o autoconhecimento. Paralelamente ao declínio econômico ocorre um fenômeno de hiper investimento no eu: a consciência de si passa a fazer parte da cesta básica das pessoas, torna-se uma espécie de gênero de primeira necessidade. Procuramos incansavelmente por terapias, por filosofias orientais ou por qualquer recurso que possa contribuir na tarefa do autodescobrimento. Lipovetsky afirma que Narciso, hoje, já não

fica embevecido com sua própria figura, trabalha incessantemente para alcançar liberdade e autonomia através da libertação do próprio *self*.

Os papéis desempenhados pelo inconsciente e pelo recalque são fundamentais nesse processo. Ambos instituem um desconhecimento radical sobre a verdade do indivíduo, o que o impele a buscar continuamente por essa verdade. De fato, o narcisismo é uma espécie de resposta a um desafio proposto pelo inconsciente ao *self*: diante da obrigação de se reconhecer, ele se lança num trabalho legitimado, porém infundável, de “observação, libertação e interpretação”, um processo reiterado de personalização.

A capacidade do narcisismo em gerar a auto absorção, fez dele um elemento crucial para a emergência do desinteresse do indivíduo pela esfera pública e para a adaptação deste ao isolamento. Essa lógica perversa, que põe o *self* no centro das atenções, acaba por acomodar perfeitamente a personalidade do indivíduo “à atomização sorrateira engendrada pelos sistemas personalizados. Para que o deserto social seja viável, o Eu deve se tornar a preocupação central” (Lipovetsky, 2006, p. 37). O narcisismo se especializa em humanizar o isolamento social engendrado por ele mesmo.

O adestramento social não se efetua mais pelo constrangimento disciplinar e nem pela sublimação, mas, sim, pela auto sedução. O narcisismo, nova tecnologia de controle suave e autogerado, socializa dessocializando e coloca os indivíduos de acordo com um social pulverizado, glorificando o reino da expansão do Ego puro (ibid., p. 37).

Além de provocar um sentimento de apatia em relação ao social, o narcisismo também é responsável pelo esvaziamento do *self*. O empenho na tarefa de desvendar os conteúdos do eu, ao contrário de levar ao autoconhecimento, contribui inevitavelmente para aumentar a incerteza sobre si mesmo. Submeter o *self* continuamente à indagação transforma-o em uma instância fragilizada, esvaziada de certezas absolutas e incapaz de apresentar respostas definitivas, o que provoca mais investimento ainda no autoconhecimento. É um ciclo paradoxal: a identidade pessoal se esvazia por excesso de investimento sobre seus conteúdos. Lipovetsky explica que o eu se torna um “conjunto impreciso”, e que tudo parece cooperar para “o desaparecimento do real pesado”, para a “dessubstancialização, última etapa da perda de territorialidade que comanda a pós-modernidade” (ibid. p. 37-38).

A dissolução do *self* é condizente com a volatilização da vontade. Na falta de um centro de gravidade que estabeleça a hierarquia das intenções e dos impulsos, sobrevém uma desagregação acompanhada pelo enfraquecimento da vontade. Tal enfraquecimento e encaixa perfeitamente nas demandas de um sistema de consumo que, para funcionar

plenamente, depende da adequação do indivíduo à rapidez das mudanças e a sua capacidade de se adequar à multiplicidade de escolhas. Nesse sentido, Lipovetsky desta que

Um centro voluntário com suas certezas íntimas, sua força intrínseca, ainda representa um foco de resistência à aceleração das experimentações: mais vale a apatia narcisística, o Eu instável, que é o único capaz de se movimentar em sincronia com uma experimentação sistemática e acelerada (ibid., p. 39).

O *self* contemporâneo esvaziou-se em conteúdo, perdeu vontade própria, individualidade e autonomia, em função da lógica do consumo e da cultura de massas. Ele investe boa parte das suas energias em busca de si mesmo, tarefa que não consegue realizar plenamente porque não pode se cristalizar diante de um mundo no qual os marcos significativos mudam tão depressa quanto as tendências da moda. Dessa forma, chegamos a um impasse. Havíamos dito que a autenticidade está diretamente relacionada à busca da verdade interior e à capacidade de expressar aquilo que se é. Se a interioridade se encontra esvaziada em seus conteúdos e se existe uma incapacidade de auto apreensão, então o que há para procurar e expressar? Aparentemente, a autenticidade se reduziu a uma patologia do ego, um exercício neurótico de procura de algo que não existe...

O ideal de autenticidade no contexto da contemporaneidade

Tentaremos esboçar uma saída para o impasse com o qual nos deparamos. Dada a condição frágil na qual se encontra o *self*, falar em *ideal* de autenticidade, como originalmente foi concebido, parece não fazer mais sentido: qual o significado de ser fiel a si mesmo se lá onde deveria haver algo substancial há um grande vazio? Ou melhor, há o indeterminado, pois diversas opções de preenchimento desse vazio competem entre si, ganhando o direito de fazê-lo por um curto intervalo de tempo.

Uma possibilidade de superar o problema provém da concepção narrativa da identidade pessoal, de Paul Ricoeur. Nesse caso, ser aquilo que se é, o princípio chave do ideal de autenticidade, é pensado a partir do pressuposto de que a vida é um conjunto de acontecimentos dispersos entre si que ganham uma ligação através da narrativa, da história de vida. Esta consegue *manifestar* a identidade pessoal, apesar das dificuldades desse encontrar um substrato que a revele (Dartigues, 1998, p. 11).

Uma formulação para a autenticidade, nesse caso, pode ser esboçada a partir da proposta de Nietzsche de que cada um deve dar “estilo ao seu caráter” (Guignon, 2004, p.p. 130-133). Em linhas gerais, para o filósofo, a identidade é um trabalho de elaboração, tal como acontece na arte, no qual os elementos constitutivos são configurados em função da

harmonia do todo e de acordo com um plano estético pessoalmente adotado. Ele compreende a construção da identidade pessoal como uma tarefa criativa, na qual cada um atua como o autor da história de sua própria vida: “nós queremos ser os poetas e autores da nossa vida; e, a princípio, nas mais pequenas coisas e nas íntimas banalidades do cotidiano” (Nietzsche, A gaia ciência, §299). A existência autêntica pode ser considerada, aqui, como um projeto de auto formação contínua, governado por ideais estéticos como coerência, coesão, unidade e estilo, algo que se encaixa, ainda que parcialmente, na noção de autenticidade como tradicionalmente concebida.

Mas deixemos as versões possíveis para a construção de uma vida autêntica, pois há muitas delas, para verificar se o ideal de autenticidade ou, simplesmente, de realização pessoal, ainda opera em nossa cultura; se diante do contexto atual ele conservasse apelo original ou simplesmente se degradou para versões trivializadas ou mesmo patológicas. Afinal, a ideia de viver de acordo com os próprios princípios ainda faz parte do horizonte de possibilidades das pessoas?

Em primeiro lugar, acreditamos que o simples fato de a questão estar colocada é um indício de que a resposta é afirmativa, por outro lado, pelo mesmo motivo, acreditamos que ela se tornou problemática: quando algo está como deveria, não provoca discussão, sequer chama a nossa atenção.

Se, como afirma Bauman (2008), o individualismo veio para ficar, e acreditamos que sim, a autenticidade, que nasceu junto com ele, também tem o seu lugar garantido na vida das pessoas. No entanto, como vimos, o individualismo de hoje não é o mesmo individualismo de cem anos atrás: a sociedade o transforma continuamente da mesma maneira que é transformada por seus membros. Processo similar ocorre com a autenticidade, uma vez que o significado da liberdade e o da realização pessoal, hoje, são muito diferentes do que eram não há um, mas há meio século. Isso não quer dizer, entretanto, que essas transformações ocorram como etapas sucessivas de um processo linear, evoluindo necessariamente para formas “inferiores” ou formas “superiores” de autenticidade. Segundo Taylor (1994, p. 108):

Nunca mais poderemos regressar a uma época anterior em que as formas egocêntricas não tentaram e incitaram as pessoas. Como todas as formas de individualismo e de liberdade, a autenticidade inaugura uma época de responsabilização, se é que posso fazer uso deste termo. Graças ao fato mesmo do desenvolvimento dessa cultura, a gente se torna mais auto responsável. Está na natureza dessa classe de incremento de liberdade que a gente possa degradar-se e também elevar-se. Não existe nada que possa assegurar, jamais, uma ascensão sistemática e irreversível às alturas.

Por mais que se possa pensar na autenticidade como um “velho deus” ou um valor tradicional a preencher nossas fissuras, não podemos fechar os olhos para o fato de que grande parte das pessoas acredita que a vida não é vivida dignamente quando se abandonam os compromissos com a autorrealização. Viver levando em conta os próprios anseios é diferente de viver levando em conta *apenas* os próprios anseios, e longe de ser uma consequência do processo de personalização, é um ideal que está respaldado na liberdade pessoal. Isso não significa, porém, que *escolher* a maneira como se quer viver é algo valioso por si mesmo e que, conseqüentemente, o mérito da autenticidade se localize aí, nada disso. Se fosse assim, afirma Taylor, a questão da vida autêntica nem se colocaria, pois nenhum modo de vida seria superior, o valor estaria na escolha em si e não no tipo de vida escolhido.

O fato é que existe um horizonte, um fundo de inteligibilidade, contra o qual os modos de vida possíveis assumem seu significado para cada um de nós, esse horizonte não se elege, ele é dado, ou melhor, é construído por meio do diálogo com aqueles que participam da nossa formação. Nós não elaboramos nossas decisões de maneira solitária, acreditar nisso é um equívoco comum em nossa cultura. As coisas mais importantes, tais como o modo de vida que levaremos ou mesmo a definição de nossa identidade são decididas “sempre em diálogo, e às vezes em luta, com as identidades que nossos outros significativos¹ querem reconhecer em nós” (Taylor, 1994, p. 69). Decidir, nesse caso, é encontrar aquilo que melhor representa nossa diferença em relação aos demais.

É aí que se abrem, então, as possibilidades para os seres humanos. Elas se situam entre dois polos, o da autocriação e o da vida que se deixa levar com mais facilidade pela corrente, seja ela ado consumo de massa ou a de sedução da mídia ou até mesmo a das imposições da família ou da tradição. Esse é também o espaço que cada um tem para viver o ideal de autenticidade, nesse sentido, é preciso acrescentar que ele só se tornará um “velho deus” a preencher as fissuras contemporâneas, se nós formos incapazes de conceber tal espaço como o campo do possível.

Uma última palavra ainda precisa ser dita, e ela está relacionada ao fato de que ao delinear a imagem da vida autêntica, nós enfatizamos seus aspectos subjetivos em detrimento dos aspectos sociais que lhe servem de base. Precisamos ao menos registrar que a cultura da autenticidade não pode ser concebida independentemente da ideia de justiça e igualdade sociais. De certa forma, essa cultura pressiona a sociedade no sentido de oferecer aos seus membros oportunidades iguais de desenvolver suas identidades pessoais, o que inclui

¹ A expressão “outros significativos” é de George Herbert Mead.

o reconhecimento universal das diferenças, quer sejam elas de sexo, de crença, de raça ou culturais (Taylor, 1994, p. 84-85). Portanto, ao sermos autênticos, não estamos apenas nos dedicando a nossa realização pessoal, estamos lutando também para que a sociedade garanta condições mínimas para que ela, de fato, ocorra.

Referências

- Bauman, Zygmunt (2008). *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Dartigues, André (1998). Paul Ricoeur e a questão da identidade narrativa. In: C. M. Cesar (Org.). *Paul Ricoeur: ensaios* (pp. 7-25). São Paulo: Paulus.
- Guignon, Charles (2004). *On being authentic*. London and New York: Routledge.
- Lipovetsky, Gilles (2005). *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri: Manole.
- Nietzsche, Friedrich (2005). *A gaia ciência*. São Paulo: Editora Martin Claret.
- Taylor, Charles (1994). *La ética de la autenticidad*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Taylor, Charles (1997). *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Loyola.